



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 17/2021

Período: 22/05/2021 - 28/05/2021

GEDES – UNESP

- 1- Comissão Parlamentar de Inquérito I: jornais comentam depoimento do general Eduardo Pazuello
- 2- Comissão Parlamentar de Inquérito II: Mayra Pinheiro desmentiu Pazuello durante seu depoimento à CPI
- 3- Pesquisa apontou que 54% da população rejeitam a presença de militares no governo federal
- 4- Tenente da Marinha estaria envolvido em mudança da bula da cloroquina
- 5- Projeto busca mapear locais com nomes relacionados à Ditadura Militar
- 6- História de militante torturada na ditadura militar será contada em série de Podcast
- 7- Seguem as tensões entre Bolsonaro, garimpeiros e 5º Pelotão de Fronteira do Exército contra Comunidade Indígena Yanomami
- 8- Gestão de Pazuello e Aeronáutica distribuíram kit contra Covid-19 sem eficácia comprovada para comunidades indígenas
- 9- Governo federal exonerou coronel do Ministério da Saúde
- 10- Coronel aviador foi exonerado de cargo no Inep
- 11- Força Aérea Brasileira anunciou diminuição na encomenda de cargueiros militares da Embraer
- 12- Em discurso para militares, Bolsonaro condicionou a liberdade de um país à boa vontade dos militares
- 13- Participação de general Eduardo Pazuello em ato político I: repercussões entre os militares e análises da imprensa
- 14- Participação de general Eduardo Pazuello em ato político II: repercussões no meio político
- 15- Participação de general Eduardo Pazuello em ato político III: Bolsonaro proibiu que o Exército e o Ministério da Defesa se manifestassem sobre punição
- 16- Participação de general Eduardo Pazuello em ato político IV: general apresentou sua defesa

1- Comissão Parlamentar de Inquérito I: jornais comentam depoimento do general Eduardo Pazuello

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* criticou o depoimento prestado pelo general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia no Senado Federal, afirmando que o general "mentiu várias vezes" e "inventou respostas". O jornal afirmou que Pazuello

"ofendeu a inteligência alheia a respeito de diversos outros temas" ligados à sua gestão no Ministério da Saúde, e concluiu que a mentira "é a essência da estratégia bolsonarista". Citando o próprio general, *O Estado* afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, "diz o que vem à cabeça", e que esse comportamento já resultou em quase meio milhão de mortos pela covid-19 até agora. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Álvaro Costa e Silva afirmou que Pazuello "candidatou-se a ganhar o Oscar na categoria versões e contradições" ao interpretar o papel do "militar cumpridor de ordens e arrogante", mas que em dado momento "o general entregou o maior culpado de todos", quando afirmou que Bolsonaro teria comandado a reunião em que o governo decidiu não intervir na saúde do Amazonas durante a crise pela falta de oxigênio no início de 2021. Segundo o periódico *Correio Braziliense*, Pazuello será convocado novamente para prestar esclarecimentos à CPI. Por sua vez, Omar Aziz, senador e presidente da CPI, afirmou esperar que Pazuello não tenha um novo *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e acrescentou que se o general mentir novamente "poderá sair de lá algemado". Além disso, o relator da CPI, senador Renan Calheiros, defendeu a contratação de uma agência de checagem de fatos para que as contradições sejam confrontadas. Ademais, em uma entrevista concedida por Calheiros ao *Correio*, quando questionado sobre o depoimento de Pazuello, ele disse que "contribuiu muito para a CPI" e afirmou que Pazuello "mentiu compulsivamente" e tentou blindar o presidente da República, Jair Bolsonaro. Além disso, o *Correio* comentou que dentro da semana do dia 24/05/21, foi a votação de requerimento sobre as quebras de sigilos telefônico e bancário de diversas figuras do atual gabinete de Bolsonaro, como o ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto; o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, tenente-coronel da Força Aérea Marcos Cesar Pontes; e o ministro-chefe da Casa Civil, general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira. Em coluna opinativa para a *Folha*, Celso Rocha de Barros, doutor em sociologia, avaliou que o depoimento de Pazuello demonstrou sua lealdade ao presidente Bolsonaro, caracterizando como "triste ver um general se prestando a isso"; apontou inverdades ditas pelo ex-ministro para o Senado Federal e lembrou como os generais do Exército seguiam as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em suas tropas - ao contrário do que pregou Bolsonaro para o Brasil - garantindo assim um número baixo de mortes na força. Além disso, na avaliação de Barros, os bolsonaristas celebraram o desempenho de Pazuello na CPI por quererem vê-lo preso, para assim animar o golpismo nas Forças Armadas ou, "se tudo der errado", ter um "bode expiatório" para que o resto dos apoiadores do presidente saiam ilesos. Por fim, Barros completou com a avaliação de que Pazuello "preferiu ser soldado de Bolsonaro a general do Brasil". Além disso, em um levantamento publicado pela *Folha*, concluiu-se que Pazuello foi até então o nome mais citado na CPI ao constar em 24,88% dos comentários sobre o tema; e que o apoio do ex-ministro é ínfimo nas redes sociais, com apenas 5,25% de postagens do dia 21/05/21 sendo favoráveis. De acordo com o *Correio*, é muito difícil que Pazuello não seja indiciado na CPI. (*Correio Braziliense* - Política-23/05/21; *Correio Braziliense* - Política - 24/05/21; *Correio Braziliense* - Política - 25/05/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 22/05/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 24/05/21; *Folha de S. Paulo* - Ilustrada - 24/05/21; *O Estado de S. Paulo* - Notas & Informações - 22/05/21)

2- Comissão Parlamentar de Inquérito II: Mayra Pinheiro desmentiu Pazuello durante seu depoimento à CPI

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, conhecida como "capitã cloroquina", contradisse o depoimento do general Pazuello à CPI na semana passada sobre o colapso do sistema de saúde de Manaus, no estado do Amazonas. Segundo a médica, o Ministério da Saúde foi informado do problema de abastecimento de oxigênio no dia 08/01/21, e não no dia 10 como afirmou o general. O ministério foi avisado da crise por meio de um e-mail da empresa White Martins que foi repassado pelas autoridades locais para a pasta, alegando que eram necessários "esforços adicionais". "O ministro teve conhecimento do desabastecimento de oxigênio em Manaus creio que no dia 8 [de janeiro], e ele me perguntou: 'Mayra, por que você não relatou nenhum problema de escassez de oxigênio?'. Porque não me foi informado", relatou Mayra. Outra contradição da secretária diz respeito ao aplicativo Tratecov. Ela afirmou à CPI que a ferramenta foi alvo de uma extração de dados, e não um hackeamento, como havia dito Pazuello na semana passada. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o depoimento da médica reforçou a suspeita da comissão de que houve omissão do governo de Jair Bolsonaro no colapso do sistema de saúde do Amazonas. (*Correio Braziliense* - Política - 26/05/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 26/05/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 26/05/21)

3- Pesquisa apontou que 54% da população rejeitam a presença de militares no governo federal

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, uma pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha, realizada entre os dias 11 e 12/05/21, apontou que 54% dos entrevistados rejeitam a presença de militares em cargos no governo federal, enquanto 41% afirmaram ser favoráveis. Uma pesquisa similar realizada no ano de 2020 também confirmava que a maioria dos entrevistados rejeitava a presença de militares no governo federal. Além do presidente da República, Jair Bolsonaro, capitão reformado do Exército, existem outros sete ministros militares. Dentre eles, a Casa Civil, que atualmente é chefiada por Luiz Eduardo Ramos, general da reserva. De acordo com a *Folha*, a presença de militares na cúpula das 19 estatais vinculadas à União é dez vezes maior do que em 2018, na gestão do ex-presidente da República Michel Temer. O jornal pontuou que os militares foram beneficiados com um plano de reestruturação da carreira militar e a manutenção dos gastos em projetos da Marinha e da Aeronáutica. (*Folha de S. Paulo* – Poder – 23/05/21)

4- Tenente da Marinha estaria envolvido em mudança da bula da cloroquina

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o anestesista e tenente-médico Luciano Dias Azevedo, da Marinha, foi apontado como um dos responsáveis dentro do "gabinete paralelo" pela minuta do decreto que mudaria a bula da cloroquina. A aproximação do militar com o presidente da República, Jair Bolsonaro, data desde os primeiros meses de 2020, ainda no início da pandemia de covid-19, defendendo desde o princípio o uso do medicamento no tratamento da doença. Inicialmente, Azevedo trabalhava sob a supervisão de Arthur

Weintraub, então assessor especial de Bolsonaro. Em 20/04/20, um projeto foi apresentado em uma reunião com personalidades apoiadoras do tratamento precoce, incluindo o tenente-médico, sobre a mudança da bula da cloroquina. Porém, o pleito foi abandonado após uma negativa vinda do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o contra-almirante Antônio Barras Torres. Mesmo com a derrota, Azevedo continuou auxiliando Weintraub juntamente ao gabinete paralelo, como foi revelado pelo ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, sendo assim caracterizado pelo *Correio* como “ativo nos bastidores”. Em junho de 2020, “pelos bons serviços”, Azevedo ganhou um cargo no Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação, então chefiado por Abraham Weintraub, irmão de Arthur. Segundo o jornal, o militar continua mantendo contatos com os irmãos Weintraub e ainda dá consultoria no “gabinete paralelo”, além de defender que os irmãos sucedam Bolsonaro no comando do país eventualmente. (*Correio Braziliense* - Brasil - 24/05/21)

5- Projeto busca mapear locais com nomes relacionados à Ditadura Militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, os artistas Giselle Beiguelman e Andrey Koens buscam mapear em um grande projeto colaborativo chamado Ditamapa os locais públicos no Brasil que ainda carregam homenagens em seus nomes aos cinco generais-presidentes do regime militar (1964-1985): Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Beckmann Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo. De acordo com o levantamento, ainda existem 197 locais, como ruas, praças e pontes, que carregam os nomes dos militares protagonistas do regime caracterizado pelo jornal como “totalitário” e responsável pela morte e desaparecimento de mais de 400 pessoas. Um número apontado pela *Folha* como representativo dos “fantasmas do autoritarismo” com os quais o Brasil ainda vive. De acordo com Beiguelman, o projeto surgiu como reação às recentes manifestações públicas que prezam por intervenção militar, a volta da ditadura e seus mecanismos de repressão, além de homenagens aos torturadores. Para ela, os resultados mostram como a ditadura “foi naturalizada entre nós”, já que em sua avaliação, a manutenção de tais nomes funcionam como um “memoricídio”, no qual o passado foi substituído por outra realidade para assim criar uma imagem mais positiva desse período. O projeto também conta com conteúdo imagético obtido pelo *Google Street View* de quase todos esses locais, algo que para Beiguelman revela “a falácia do Milagre Econômico” por demonstrar a pobreza que persistiu: “foi-se o milagre, ficaram os escombros”. Prevê-se que o Ditamapa, em uma próxima etapa, incorporará outros agentes de Estado ligados a violações dos direitos humanos no mesmo período, além de tratar também sobre outros espaços, como escolas. Na avaliação do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro, o projeto é “excelente”, sendo ele uma das recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014. Para a historiadora Heloísa Starling, “não combina com uma democracia homenagear ditador ou torturador”, dizendo que a iniciativa é saudável, porém deve ser acompanhada de uma maior conscientização histórica: “é preciso envolver as pessoas na discussão sobre por que um ditador não pode ser nome de rua”. Por outro lado, a professora Patrícia Carvalhinhos combateu a ideia da necessidade de mudança de nomes,

dizendo que seus significados tendem a “passar batido” pelo povo por não compreenderem quem foram tais figuras, além de que para ela isso acarretaria em um “ônus não só na memória”, mas também prático, visto que implicaria na mudança de muitos registros. Segundo Carvalhinhos, os nomes deveriam ser usados para educar, através de placas explicativas e roteiros escolares que abordem o assunto. Já para o procurador-geral da República, Antonio Cabral, tais nomes são exaltações de criminosos decorrente da inabilidade da sociedade brasileira de seguir adiante com “uma verdadeira justiça de transição”. (Folha de S. Paulo - Poder - 24/05/21)

6- História de militante torturada na ditadura militar será contada em série de Podcast

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, a jornalista Cristina Serra comentou sobre a série do Podcast Roteirices, conduzida pelo jornalista Carlos Alberto Jr. em memória de Inês Etienne Romeu, militante de uma organização de resistência à ditadura militar (1964-1985), que foi presa e torturada pelo regime no centro clandestino que ficou conhecido como "A casa da morte de Petrópolis". Presa em 1971 aos 28 anos pelo delegado Sérgio Fleury em São Paulo e transferida para o Rio de Janeiro, Inês foi a única sobrevivente da casa de Petrópolis e permaneceu detida pelo regime por três meses. A série está estruturada em 14 episódios e é narrada no gênero suspense thriller, tendo como objetivo reconstituir “a trajetória de Inês, como ela conseguiu sobreviver aos suplícios e pôde memorizar fragmentos de informação que levariam à localização da "casa da morte". Além do testemunho dado por Romeu na Comissão Nacional da Verdade, a série conta ainda com o depoimento de Sérgio Ferreira, ex-integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia, que foi amigo de Romeu desde que a conheceu durante sua busca pelo primo Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado no centro clandestino em que ela esteve presa. Para Serra, contar a história de Romeu neste momento é importante por se tratar de uma “personagem de primeira grandeza” e porque sua história retrata a de um Brasil “duro de encarar”. Se a história desse Brasil fosse encarada e revelada por inteiro, para a jornalista, “talvez hoje não estivéssemos às voltas com um governo de generais que celebram, como selvagens em motocicletas, o extermínio de meio milhão de brasileiros.” (Folha de S. Paulo - Coluna - 25/05/21)

7- Seguem as tensões entre Bolsonaro, garimpeiros e 5º Pelotão de Fronteira do Exército contra Comunidade Indígena Yanomami

Conforme informou o periódico *Folha de S. Paulo*, a comunidade indígena Yanomami foi informada por militares do 5º Pelotão de Fronteira do Exército (PFE) que o presidente da República Jair Bolsonaro pretendia visitá-los para, segundo divulgou em uma *live* em 29/04/21, “conversar com indígenas” e “aterrissar” em um garimpo ilegal. A comunidade emitiu carta de repúdio à visita, e declarou que a intenção do presidente era: “tratar e tentar acordar conosco a legalização de mineração no território yanomami, portanto, essa não é a nossa ansiedade yanomami”. O jornal declarou ainda que as presidências da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (Ayrca), José Mário Góes, e da Associação de Mulheres Kumirayoma denunciaram recentemente em uma carta as ações truculentas do 5º PFE e exigiam a retirada de casas de militares

construídas fora do perímetro da base do Exército. Além disso, a *Folha* destacou que Bolsonaro “ecoa posições de setores do Exército” desde o governo do ex-presidente da República Fernando Collor de Melo, no momento em que foi homologada a criação da Terra Indígena Yanomami. À época, o deputado federal Bolsonaro tentou anular o decreto presidencial através de decreto legislativo, sob alegação de “ameaça à segurança nacional por permitir a circulação de yanomamis entre o Brasil e a Venezuela, além de ser uma área “riquíssima em madeiras nobres e metais raros””. Em 1998, Bolsonaro chegou a declarar: "A cavalaria brasileira foi muito incompetente. Competente, sim, foi a cavalaria norte-americana, que dizimou seus índios no passado e hoje em dia não tem esse problema em seu país." (Folha de S. Paulo - Poder - 25/05/21)

8- Gestão de Pazuello e Aeronáutica distribuíram kit contra Covid-19 sem eficácia comprovada para comunidades indígenas

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que ao menos 265 mil comprimidos de cloroquina, azitromicina e ivermectina foram distribuídos para comunidades indígenas em cinco estados brasileiros para tratamento da covid-19 como estratégia do Ministério da Saúde durante a gestão do general Eduardo Pazuello. Embora o general tenha negado durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia que tenha havido a distribuição do kit de “tratamento precoce”, dados do site LocalizaSUS e dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), além de notas de empenho e documentos e registros do próprio Ministério da Saúde contrariam as informações de Pazuello. A *Folha* destacou que uma parte das distribuições foi executada pela Aeronáutica, mas a Força Aérea mantém ocultos os destinos do fármaco. (Folha de S. Paulo - Saúde - 25/05/21)

9- Governo federal exonerou coronel do Ministério da Saúde

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o coronel do Exército George da Silva Divério foi exonerado pelo governo federal do cargo de Superintendente Estadual do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro. Em novembro de 2020, Divério assinou contratos de R\$ 29 milhões com duas empresas, sem licitação, para realizar reformas em prédios da pasta no estado. A licitação foi dispensada devido a declaração de urgência das obras, no entanto, a Advocacia Geral da União (AGU) não constatou razão para a dispensa da licitação. Divério foi nomeado em junho de 2020 pelo então Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello. Uma vez que se trata de cargo de Direção e Assessoramento Superior 5 (DAS 5), a exoneração do coronel foi assinada pela Casa Civil da Presidência. (Correio Braziliense - Brasil - 27/05/21)

10- Coronel aviador foi exonerado de cargo no Inep

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro exonerou o coronel aviador Alexandre Gomes da Silva do cargo de diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Silva não possuía experiência prévia na área da educação, e ficou menos de três meses na função. O coronel teria sido exonerado porque não se adaptou ao trabalho e não contava com a

confiança de Danilo Dupas Ribeiro, atual presidente do Inep. A exoneração de Silva reforça as incertezas e o cenário de indefinição sobre a realização do Enem 2021. Conforme declarações do Inep, não há definição do cronograma da prova devido a questões orçamentárias e logísticas, por efeito da pandemia da covid-19. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 27/05/21)

11- Força Aérea Brasileira anunciou diminuição na encomenda de cargueiros militares da Embraer

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) anunciou que reduzirá a encomenda de aeronaves KC-390 Millennium, seu novo cargueiro militar fabricado pela Embraer, devido a restrições orçamentárias que afetaram seus programas estratégicos militares. A FAB havia se comprometido em 2014 a comprar 28 aeronaves pelo valor de R\$ 7,2 bilhões; porém, esse número pode cair para menos 20 unidades com as restrições orçamentárias. A proposta da FAB é que somente dois aviões sejam entregues por ano, e se mantido o prazo inicial para o fim das entregas, o número da frota final cairá para 16 aeronaves no total. Porém, essa proposta ainda não é definitiva, e será negociada. Segundo a *Folha*, ao justificar a redução na encomenda, a FAB afirmou que "O número previsto de 28 aeronaves do atual contrato, o qual, neste momento, tem se mostrado superior à realidade orçamentária da Força, tanto para aquisição, quanto ao suporte logístico ao longo do tempo". O corte pode afetar diretamente a Embraer, que, como é usual no mercado militar, depende da encomenda inicial do governo para produzir um novo produto. Desde 2008, o governo brasileiro investiu por volta de R\$ 5 bilhões no desenvolvimento do KC-390, que serão reembolsados pelo pagamento de royalties de 3,2% nas exportações. Além disso, a redução na encomenda afetaria as vendas do cargueiro no mercado internacional. A Embraer contava com a robusta compra inicial pela FAB para impulsionar a venda do KC-390 e do C-390, sua versão sem a opção de reabastecimento aéreo. A aeronave é considerada como o produto militar nacional mais promissor desde o Super-Tucano, um bem-sucedido turboélice de treinamento e ataque leve também fabricado pela Embraer. (Folha de S. Paulo - Mercado - 28/05/21)

12- Em discurso para militares, Bolsonaro condicionou a liberdade de um país à boa vontade dos militares

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro fez um discurso para os militares da Guarnição Militar de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, no qual afirmou que a liberdade "passa por vocês [militares]. Vocês decidem, como em qualquer país do mundo, como aquele povo vai viver". Além disso, o presidente cogitou que militares sejam convocados para atuar contra as medidas restritivas impostas por governadores e prefeitos para controlar a proliferação da covid-19, afirmando que "tenho certeza de que vocês agirão dentro das quatro linhas da Constituição, se necessário for. Espero que não seja necessário, que a gente parta pra (sic) normalidade. Estamos longe dela". Para o colunista da *Folha*, Bruno Boghossian, o discurso representa uma tentativa de renovação da aliança entre o governo Bolsonaro e os militares, na intenção de que eles o ajudem a se manter no poder. Para tanto, o colunista afirmou que

Bolsonaro oferece “poder e antipetismo” aos militares, por meio da distribuição de cargos no governo e da polarização com a esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), por ser esse um ponto de encontro entre a agenda do governo e as convicções ideológicas dos militares. Sobre o último ponto, Bolsonaro declarou: “Na política, estamos polarizados”, referindo-se ao PT, e que “Cada um pode fazer seu juízo de quem é o melhor ou quem é menos ruim. Mas eu duvido que [quem] fizer uma análise do que aconteceu no Brasil nos últimos 20 anos, eu duvido que essa pessoa erre no ano que vem.” Segundo Boghossian, o presidente já deixou claro que contestará o resultado das eleições em 2022 caso saia derrotado, e para isso quer contar com o apoio de seus colegas de farda. (Correio Braziliense - Política - 28/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/05/21; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 28/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/05/21)

13- Participação de general Eduardo Pazuello em ato político I: repercussões entre os militares e análises da imprensa

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 23/05/21, o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, junto ao ministro da Infraestrutura e militar da reserva, capitão Tarcísio Gomes de Freitas, participaram de um evento político, na cidade do Rio de Janeiro, com o presidente da República Jair Bolsonaro. O evento, além de aglomerar apoiadores de presidente, a maioria sem máscara, foi interpretado como um ato político. Segundo o *Correio*, Pazuello foi para prestigiar o presidente. Durante seu discurso, Bolsonaro voltou a personificar o Exército, chamando-o de “meu”, e mencionou que as Forças Armadas não imporiam as medidas de isolamento social de combate à covid-19. O presidente também discursou que os manifestantes eram o “nosso exército” e sugeriu uma possível candidatura de Freitas para o governo do estado de São Paulo em 2022, prometendo uma “limpeza” no estado. Os jornais repercutiram a presença de Pazuello no evento, a despeito de sua posição de general da ativa do Exército, além do não uso de máscara por parte do ex-ministro da Saúde. Segundo o *Correio* e a *Folha*, a presença de Pazuello potencializou a pressão para que o militar, um general de três estrelas que atualmente ocupa apenas uma função burocrática na força, entre para a reserva. De acordo com os periódicos, discussões sobre um possível afastamento de Pazuello da instituição não são novas, para o *Correio* e a *Folha*, desde que ele se tornou ministro da Saúde em 2020 - permanecendo na ativa mesmo enquanto no cargo - sua posição tem sido questionada. Porém, com as investigações contra o militar sendo abertas pela Polícia Federal e seu depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia - o qual contou com o acionamento do Exército pelo senador e presidente da CPI Omar Aziz para deliberar sobre o comparecimento ou não do militar -, a situação do ex-ministro ficou “inviável”. Em decorrência da participação de Pazuello no evento do Rio de Janeiro, o Exército poderia “dar sua cartada final”, visto que no Alto Comando teriam “acabado os protestos” a favor da manutenção de Pazuello na ativa, com tais militares classificando a ação do general como “descabida”, algo atestado por generais ouvidos pela *Folha*. Segundo o *Correio*, há um esforço do Exército para dissociar sua imagem de vieses político, demonstrar apartidarismo e prevenir uma crise interna; já a impunidade de Pazuello seria interpretada como uma justificativa para que os quartéis se politizem, visão essa

também compartilhada pelo *Estado*; e uma maneira de evitar futuros desgastes, caso o general volte a depor na CPI. De acordo com Regulamento Disciplinar do Exército, é considerado transgressão deixar de cumprir o Estatuto Militar (EM), o qual veda a manifestação pública de um militar da ativa sobre assuntos político-partidários sem que haja autorização, e, conforme a *Folha*, a transgressão nº 57 do Regulamento Disciplinar do Exército e o artigo 45 do EM são as principais infrações do general. As punições podem ser advertência, impedimento disciplinar, repreensão, detenção disciplinar, prisão disciplinar, licenciamento ou exclusão a bem da disciplina. Segundo as normas, cabe ao comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, questionar Pazuello, abrir o processo e, depois de julgado, aplicar a punição. O jornal *Correio Braziliense* não descartou a possibilidade de que o ex-ministro da Saúde peça por conta própria a transferência à reserva, já que aliviaria o atrito com Bolsonaro caso uma punição viesse unilateralmente do Exército. Mas, segundo interlocutores, Pazuello rejeitou esta possibilidade antes do fim da CPI da Pandemia, por considerar que ficaria fragilizado frente aos senadores como general reformado. Outra medida possível seria remeter o general para a reserva com data retroativa, de modo a evitar a punição; porém, o jornal avaliou que isso configuraria crime de falsificação de documento público. Na avaliação do *Correio*, o Exército encontra-se em uma “sinuca de bico”, pois a impunidade ou punições mais leves ao general seriam prejudiciais para sua imagem e um incentivo à politização e outras manifestações parecidas dentro da força; e, por outro lado, a tomada de medidas mais drásticas gerariam uma ruptura com o presidente Bolsonaro. Ademais, a *Folha* também lembrou o desenrolar do depoimento de Pazuello na CPI da Pandemia e a ascensão do general Walter Souza Braga Netto como ministro da Defesa depois da “maior crise militar em mais de quatro décadas” em março de 2021, o qual se mostra alinhado aos desejos de Bolsonaro em relação aos militares, visto que já esteve presente em palanques junto ao presidente e discursou “na mesma linha” que o mandatário. Finalmente, o *Correio* avaliou que caso Pazuello fosse para a reserva, a decisão seria publicada no dia 24/05/21 no Diário Oficial da União. Em editorial, o mesmo jornal ponderou que o Exército deve dar uma “resposta mais contundente ao desrespeito” de Pazuello e que a cobrança nos quartéis é por uma “punição exemplar”. Para o periódico, o general foi o que mais causou estrago à imagem das Forças Armadas desde que assumiu “um cargo civil, explicitou a incapacidade de gestão, a subserviência e o apego a mentiras”. A *Folha*, em editorial, classificou a ação de Pazuello como “inaudita” desde a consagração da Constituição de 1988, o que “foi demais para o elevadíssimo grau de confusão entre a caserna” e o governo Bolsonaro e, assim como o *Correio*, acredita que pode se deflagrar uma crise de hierarquia. Além disso, destacou a *Folha*: “Quem está investido das armas e da autoridade para defender a nação de agressões externas não disputa o poder político, do contrário o sistema degenera para a guerra civil ou a ditadura”; para o jornal, já bastou seu “desserviço” na gestão da pandemia. A *Folha* lembrou que o próprio Braga Netto havia feito algo semelhante a Pazuello, mas por ser da reserva, esteve livre de punições. O general da reserva Francisco Mamede de Brito Filho, ouvido pelo jornal, afirmou que o caso é grave e seria difícil alegar que não houve transgressão; a questão, no entanto, estaria no grau da decisão que o comandante Oliveira tomaria, “leve” ou “branda”. Em entrevista ao *Estado*, o ex-ministro da Defesa do governo de Michel Temer, Raul Jungmann, declarou que a maior responsabilidade é do

presidente e que o caso não poderia ser comparado ao que levou ao seu afastamento no governo Temer, na ocasião em que Mourão foi o transgressor. Em coluna ao mesmo jornal, a jornalista Eliane Cantanhêde também afirmou que Bolsonaro é o maior responsável pela presença de Pazuello no ato e que o general foi usado pelo presidente para “esfregar na cara das Forças Armadas quem manda e quem obedece, testar limites do novo ministro da Defesa e jogar o novo comandante do Exército contra a parede”. Cantanhêde relembrou que o processo pregresso do presidente por indisciplina continua “implodindo” as Forças Armadas. A jornalista destacou que, se não tomasse providências, Paulo Sérgio seria conivente com a “implosão”, portanto, sua “saída foi fazer, mas sem anunciar”. (Correio Braziliense - Política - 24/05/21; Correio Braziliense - Política - 25/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/05/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 25/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 25/05/21)

14- Participação de general Eduardo Pazuello em ato político II: repercussões no meio político

Segundo os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a participação do ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, em um ato político na cidade do Rio de Janeiro, no dia 23/05/21, junto ao presidente da República Jair Bolsonaro, repercutiu fortemente no meio político. Como reação ao evento, o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramage, classificou-o como “memorável” em suas postagens em redes sociais. O evento foi duramente criticado por senadores que compõem a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, presidente e senador Osmar Aziz e pelo vice-presidente, senador Randolfe Rodrigues, para quem o ato de Pazuello “deu mais munição para a CPI da Covid”. Entrevistado pelo *Correio*, Rodrigues declarou que Pazuello deverá explicar à CPI sua postura no ato com Bolsonaro, ferindo as normas de conduta militar. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) afirmou incondizente a participação de Pazuello em tal ato, por ele ser um general de Divisão do Exército; o Partido dos Trabalhadores (PT) postou em suas redes sociais uma ilustração de Pazuello com o dizer “missão cumprida” junto ao número de mortos pela covid-19; e o presidente do partido Cidadania, Roberto Freire, também pediu pela punição do ex-ministro, dizendo que o gesto quebra a hierarquia militar e é caracteristicamente uma indisciplina e, assim, sua punição reforçaria que as Forças Armadas não são um instrumento político, além de também ter visto o evento como “um ato político de extrema-direita”. Conforme o periódico *Correio Braziliense*, foi protocolada uma representação contra o general Eduardo Pazuello no Ministério Público Militar, em razão de sua participação em um ato político. Deputados da oposição esperam que Pazuello seja penalizado por infringir regras disciplinares que orientam as Forças Armadas. O deputado federal do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) Marcelo Freixo declarou que se não houver penalidade, outros militares podem agir de forma similar. Freixo ainda ressaltou a gravidade da participação de um general da ativa em um evento de caráter político-eleitoral, visto que as Forças Armadas são instituições de Estado, que servem ao país e não a um governo. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o tenente-brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, considerou a ida do general Pazuello ao palanque de Jair Bolsonaro um caso de indisciplina. Para

o ex-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), quanto mais alta a hierarquia do militar, maior a responsabilidade e mais grave a indisciplina. A ministra do STM, Maria Elizabeth Rocha, fez uma declaração semelhante, afirmando que “Não é possível que discursos político-partidários adentrem os quartéis, porque isso pode comprometer toda a cadeia de comando”. Em coluna opinativa para a *Folha*, o político, professor e militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do PSOL, Guilherme Boulos, apontou que o Exército está no “fio da navalha” desde o início do governo Bolsonaro e que, além da quebra de hierarquia, o exemplo que o general deixa às patentes mais baixas é ainda pior. Para Boulos, as crises com a Alta Cúpula demonstram que Bolsonaro pretende se aproximar das patentes mais baixas e “dá gestos claros para a quebra de hierarquia”, o que faz do evento uma “encruzilhada” para o país, pois a ausência de punição implicaria na “politização bolsonarista da tropa”. A *Folha* destacou ainda que a presença de Pazuello no ato gerou incômodo no vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, para quem o ex-ministro deveria ser punido pelo Exército ou solicitar sua passagem para a reserva, mas que se trata de prerrogativa interna da força. Além disso, segundo a *Folha* e *O Estado*, Mourão acredita que Pazuello “cometeu um erro” e está arrependido, negando que haja politização nos quartéis. (Correio Braziliense - Política - 24/05/21; Correio Braziliense - Política - 25/05/21; Correio Braziliense - Política - 27/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/05/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 25/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 25/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 27/05/21; O Estado de S. Paulo - Notas e informações - 28/05/21)

15- Participação de general Eduardo Pazuello em ato político III: Bolsonaro proibiu que o Exército e o Ministério da Defesa se manifestassem sobre punição
De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro proibiu que o Exército e o Ministério da Defesa se manifestassem publicamente em repreensão ao general da ativa e ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, em razão de sua participação no ato político de Bolsonaro na cidade do Rio de Janeiro no dia 23/05/21. Ao tomar conhecimento que seria emitido um comunicado à imprensa informando que seria aberta uma apuração disciplinar contra Pazuello, Bolsonaro ligou para o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, e o proibiu que o fizessem, cancelando o comunicado. De acordo com a *Folha*, o processo aberto “sob pressão” da alta cúpula visa apurar se Pazuello violou o Estatuto Militar e o Código de Disciplina do Exército, já que se tratava de evento de natureza política. De acordo com o *Correio*, fontes informaram que o presidente já advertiu que também não quer a aplicação de nenhuma punição ao general e, para o jornal, isto pode abrir nova crise entre a presidência da República e as Forças Armadas, a segunda neste ano. Segundo o *Correio*, alguns generais quatro estrelas já pediram a prisão de Pazuello em reunião do Alto Comando da Força, mas o comandante preferiu conversar com Braga Netto antes. A punição pode vir do comandante do Exército ou uma ação movida pelo Ministério Público Militar junto à Justiça Militar. Devido à determinação de Bolsonaro, o Ministério da Defesa e o Exército permanecem em silêncio acerca da eventual punição ao general. A interferência do presidente da República torna-se cada vez mais palpável, e Bolsonaro garante utilizar o poder do cargo para evitar qualquer penalidade ao

general, o que segundo os jornais incomoda o Alto Comando do Exército. Na avaliação dos periódicos, a convocação de Pazuello à CPI da Pandemia e a proximidade com o governo deteriora a imagem das corporações militares, para mais, alguns militares do alto escalão relatam sobre o risco do rompimento das Forças Armadas com o governo. *O Estado* apontou que a ordem de silêncio dada por Bolsonaro a Braga Netto veio enquanto estava em Quito, no Equador, e o presidente também ficou contrariado com Mourão que se manifestou favorável a uma punição do general Pazuello. *O Estado* relembrou que Mourão havia sofrido sanções por manifestações públicas sobre política enquanto estava na ativa durante os governos dos ex-presidentes da República Dilma Rousseff e Michel Temer. (Correio Braziliense - Política - 25/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 25/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 25/05/21)

16- Participação de general Eduardo Pazuello em ato político IV: general apresentou sua defesa

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, em defesa enviada ao Comando do Exército, afirmou que não participou de um ato político-partidário. De acordo com o general da ativa, ele foi convidado para um passeio de moto pelo presidente da República Jair Bolsonaro e foi surpreendido com o pedido para subir no carro de som onde o mesmo estava. Além disso, Pazuello ressaltou que não é filiado a nenhum partido e que o país não está em período eleitoral. O periódico *Correio Braziliense* destacou a alegação de que Pazuello agiu de acordo com a “honra pessoal”, presente no o artigo 6 do Regimento Disciplinar do Exército. Nesse artigo, denota-se que a aplicação do regimento da corporação deve considerar a “honra pessoal: sentimento de dignidade própria, como o apreço e o respeito de que é objeto ou se torna merecedor o militar, perante seus superiores, pares e subordinados”. Pazuello argumentou que estava com o comandante em chefe das Forças Armadas, o próprio presidente da República, e que não faria uma desfeita em sua presença. Com esses argumentos o ex-ministro elaborou sua defesa, porém dificilmente será completamente aceita pelo comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, responsável por decidir qual será a punição de Pazuello. Segundo a *Folha*, alguns militares do Alto Comando do Exército veem a necessidade tanto de punição quanto de afastamento do general para a reserva. Contudo, ambas as ações têm percalços que impedem a sua completa execução. A decisão de ir para a reserva deve partir de Pazuello, que se nega a tomá-la pelo menos até 2022, pois, em sua visão, isso seria uma demonstração de fraqueza diante da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, que o convocou para depor novamente depois de sua participação no ato político com Bolsonaro. Já no caso da punição, a *Folha* apontou que o general Paulo Sérgio está sofrendo pressão direta do presidente para não punir seu ex-ministro. No caso de uma punição grave, Bolsonaro ameaça simplesmente anulá-la, forçando o comandante do Exército a se demitir, o que abriria a segunda crise militar em menos de dois meses. Ao mesmo tempo, os militares do Alto Comando temem que a impunidade ou uma punição branda abram uma brecha para que oficiais de baixa patente participem de atos políticos impunemente, minando a hierarquia da instituição. Como uma possível forma de contornar essa situação, que estaria sendo buscada pelo ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, o *Estado* ressaltou a possibilidade de utilizar a

“repreensão” como punição, um meio termo entre a sanção mais branda e mais pesada. Nesse caso, uma forte censura escrita pelo comandante é publicada no boletim interno da caserna, tornando-a pública e manchando a imagem do militar em questão, especialmente se for de alta patente. (Correio Braziliense - Política - 28/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 28/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 28/05/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinhô (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).